



**Universidade de Brasília - UnB**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
**Departamento de História**

**VALDYR ALVARES JUNIOR**

**A VIA CHILENA AO SOCIALISMO**  
**NOS DISCURSOS DE SALVADOR ALLENDE**

Brasília  
Dezembro de 2016

**VALDYR ALVARES JUNIOR**

**A VIA CHILENA AO SOCIALISMO NOS DISCURSOS DE SALVADOR  
ALLENDE**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção do grau de licenciado em História, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal.

Banca Examinadora

---

Professor Dr. Carlos Eduardo Vidigal (Orientador) - HIS/UnB

---

Professor Dr. Carlos Domínguez - Centro Universitário Uniero

---

Professor Dr. Roberto Menezes - IREL/UnB

Brasília, Dezembro de 2016

ALVARES JUNIOR, Valdyr. **A via chilena ao socialismo nos discursos de Salvador Allende**. 37 f. 2016. Monografia (Graduação) – Licenciatura em História, Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

## RESUMO

A presente monografia tem como finalidade entender no que consistia a Via Chilena ao Socialismo, por meio da análise dos discursos de Salvador Allende Gossens ao longo de sua trajetória parlamentar e como presidente, baseando-se também na trajetória político-institucional do país, na produção intelectual do Partido Comunista Chileno e, quando possível, das opiniões das demais correntes da esquerda do país, discordantes ou não da via chilena. A eleição de Salvador Allende em 1970, alçando o programa da Unidade Popular no objetivo de implementar o socialismo no Chile por vias institucionais, foi fruto do desenvolvimento de uma longa discussão no campo político da esquerda nacional e internacional, trazendo à baila diferentes estratégias e por consequência desentendimentos referente à correta estratégia revolucionária. Portanto, este trabalho busca entender os principais pontos do que foi a proposta de Via Chilena ao Socialismo, à luz das ideias de Salvador Allende e da experiência e produção intelectual da esquerda, avaliando suas possibilidades e limites de triunfo sob as vias da institucionalidade e da democracia chilenas do período.

Palavras-chave: Salvador Allende. Chile. Unidade Popular. Socialismo. Discursos.

ALVARES JUNIOR, Valdir. **The Chilean way to socialism in Salvador Allende's speeches**. 38 f. 2016. Monograph (Undergraduate) – Degree in History, Department of History, Institute of Human Sciences, University of Brasília, Brasília, DF, 2016.

## **ABSTRACT**

This monograph aims to understand what the Chilean Way to Socialism consisted of, through the analysis of the discourses of Salvador Allende Gossens throughout his parliamentary career and as president, also based on the political-institutional trajectory of the country, in the production Of the Chilean Communist Party and, when possible, the opinions of the other currents of the left of the country, discordant or not of the Chilean way. The election of Salvador Allende in 1970, raising the program of Popular Unity to implement socialism in Chile through institutional channels, was the fruit of the development of a long discussion in the political field of the national and international left, bringing to the fore different strategies and Consequent misunderstandings regarding the correct revolutionary strategy. Therefore, this paper seeks to understand the main points of the Chilean Socialism proposal, in the light of the ideas of Salvador Allende and the experience and intellectual production of the left, evaluating its possibilities and limits of triumph under the institutional and Chilean democracy of the period.

**Keywords:** Salvador Allende. Chile. Popular Unity. Socialism. Speeches.

## LISTA DE ABREVIATURAS

API	Ação Popular Independente
CIA	Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos
CTCH	Central de Trabalhadores do Chile
CODELCO	Corporación Nacional Del Cobre
CORFO	Corporación de Fomento
CUT	Confederação Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
FECH	Federação de Estudantes do Chile
FMI	Fundo Monetário Internacional
FP	Frente Popular
FRAP	Frente de Ação Popular
MAPU	Movimento de Ação Popular Unificado
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
PCCh	Partido Comunista do Chile
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PIR	Partido de Esquerda Radical
PR	Partido Radical
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social-Democrata
UP	Unidade Popular

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	7
2	TRAJETÓRIA POLÍTICA CHILENA (1930 – 1970).....	10
3	A VIA CHILENA NAS PALAVRAS DE ALLENDE E NA TEORIA DA ESQUERDA CHILENA .....	19
4	POSSIBILIDADES E LIMITES DA VIA CHILENA .....	25
5	CONCLUSÃO.....	31
	BIBLIOGRAFIA.....	36

## 1 INTRODUÇÃO

Com muito sangue, com muitas lágrimas, aprendemos que o tempo da história não é nosso tempo. Que a história é uma senhora lenta, caprichosa, às vezes louca, muito difícil, muito complicada, muito misteriosa. Muito mais misteriosa do que nós cremos que seja. E que não nos dá a mínima bola. Que não nos obedece. Porque o tempo dela é um tempo infinitamente maior que o nosso.

Eduardo Galeano

*¡No hay que temer! ¡Luchar con argumentos! ¡Luchar con la razón! ¡Luchar con la verdad! ¡Luchar con convicción! ¡Y luchar no por temor a las consecuencias de la derrota! Saber, sí, lo caro que cuestan las derrotas a los pueblos. ¡Luchar por el ideal! ¡Luchar por la causa justa! ¡Luchar sabiendo que la razón está de su parte! ¡Luchar sabiendo que las leyes inexorables de la historia están de su parte! ¡Luchar sabiendo que el futuro les pertenece! ¡Avanzar con las masas! ¡Avanzar con el pueblo! ¡Avanzar con las ideas! ¡Avanzar sumando! ¡Avanzar creciendo!*

Fidel Castro  
Santiago de Chile, 2/12/1971

Tengo Fe em Chile y em su destino. Salvador Allende. La Moneda.  
11/09/1973

A história política chilena do século XX foi tão parecida quanto singular aos demais países da América Latina e especificamente aos seus vizinhos do Cone Sul. Durante o impulso industrial na região nos anos 1930, combinou-se forte presença estatal na concepção de projetos econômicos nacionais acompanhados de forte repressão às diferentes correntes políticas que não conduziam este processo. No Chile, diferentemente, principiaram tempos de relativa tolerância política, superando um cenário de instabilidade e contando com partidos políticos de matizes variados nas eleições. O Partido Comunista (PC) e o Socialista (PS) saíram de um isolamento rumo a um crescimento significativo a partir de 1937, participando de uma Frente Ampla encabeçada pelo Partido Radical (PR), maior partido do momento (AGGIO, 2002, p.70). A partir daí, dos anos 1930 aos anos 1970, parte da esquerda política do país passará a conceber a viabilidade de triunfo de seu programa político através da via eleitoral, sem recurso às armas, diferentemente da trajetória revolucionária na América Latina e mundo afora. O socialismo poderia triunfar com base na realidade nacional institucional, em tese, credenciada pela presença longeva dos partidos de

esquerda nos processos eleitorais, nascendo assim uma chamada “via chilena” para o socialismo. Sua trajetória, referências nacionais e internacionais, e possibilidades e limites serão analisadas com base nas palavras de sua maior referência, Salvador Allende, além da produção intelectual da esquerda chilena da época – notadamente do Partido Comunista do Chile – e bibliografia selecionada.

Assim, o que foi a Via Chilena ao Socialismo? Constituindo-se como uma síntese das lições da esquerda na participação política nos governos da Frente Popular a partir dos anos 1930 e dos sucessivos pleitos parlamentares ou executivos seguintes, com o objetivo de implantar o socialismo dentro dos pilares democráticos (liberdade, pluralismo e democracia), a via era embasada também na produção, não deixando de acompanhar tendências internacionais que abriam espaços de análise cada vez maior nas possibilidades do triunfo socialista na democracia.

Salvador Allende, como figura política central deste processo, embasou a discussão e a análise dos caminhos de um projeto que procurava mesclar profundas convicções nos caminhos democráticos e institucionais com o instrumento marxista de interpretação da realidade, assim, tendo por finalidade superar o regime capitalista conforme realidade histórica, socioeconômica e cultural chilena. Como militante de um partido socialista cujas referências eram a luta de classes, o antioligarquismo, anti-imperialismo e anticapitalismo, olhava mais adiante e estabelecia que os processos chilenos em sua essência coubessem numa realidade latino-americana, sem abrir mão da crença na singularidade do processo para cada país (AMAR et al., 2008, p.20-21).

Para estabelecer uma linha coerente de entendimento temporal e de ideias sobre a Via Chilena, o trabalho foi dividido em três capítulos: o primeiro traça um breve panorama político-institucional do Chile a partir dos anos 1930, com ênfase na participação dos partidos e grupos de esquerda, as contradições nos posicionamentos de cada um frente à metodologia revolucionária. No segundo, busca-se analisar o que foi a Via Chilena ao Socialismo pelas palavras do próprio Allende, recorrendo a importantes discursos proferidos ao longo de sua trajetória parlamentar e notadamente às primeiras palavras quando eleito (Discurso da Vitória, em 4/9/1970; Discurso de posse, em cinco de novembro do mesmo ano; e a Mensagem ao Congresso, de 21/5/1971). E, por fim, no terceiro capítulo, serão analisados os caminhos e descaminhos da proposta revolucionária da Via Chilena,



tomando por base alguns episódios centrais que configuraram as dificuldades institucionais de consecução do projeto socialista da Unidade Popular, além das dificuldades no interior do próprio campo da esquerda. Um desafio, enfim, na busca de entender os significados do “primeiro governo autenticamente democrático, popular, nacional e revolucionário da história do Chile”.<sup>1</sup>

Para enriquecer o entendimento sobre o tema, parte-se também da inspiração do pensamento de Marx. Sob a torrente de correntes historiográficas que ascenderam no cenário intelectual ocidental desde o século XIX, o pensamento marxista diferenciou-se com base na sistematização de uma objetiva e ao mesmo tempo sofisticada visão: todas as análises se subordinariam a uma infraestrutura que ditaria o ritmo das demais categorias, sendo que não haveria hipóteses autônomas dentro desse esquema de estudo que pudessem abranger outro modelo que saísse do quesito econômico de orientação. Assim sendo, nos idos da segunda metade do século XIX, Marx e Engels aperfeiçoaram seu esquema analítico nascido da confrontação ao idealismo alemão e, com base nisso, reverteram à noção dialética hegeliana para uma dialética voltada à análise do real. Imprimiu-se daí um caráter materialista à dialética, na fórmula de que todas as relações sociais existentes são subordinadas às forças de produção.

Com base nessas referências iniciais, têm-se elementos que buscam analisar uma situação inédita que se configurou não somente no Chile, mas também numa América Latina carente de possibilidades concretas de consecução de projetos políticos populares, qual seja, “a eleição, pela primeira vez na História, de um presidente declaradamente marxista, que chegava ao poder através de eleições gerais e livres e propunha implantar o socialismo como aplicação de seu programa eleitoral”. (AGGIO, 2002, p.15)

---

<sup>1</sup> BASTA DE DESIGUALDAD SOCIAL! Discurso em el Estádio Nacional de Santiago al asumir como presidente de La República. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/allende/1970/noviembre05bis.htm>>. Acesso em: 19 out. 2016.

## 2 TRAJETÓRIA POLÍTICA CHILENA (1930 – 1970)

A trajetória político-institucional chilena no limiar dos anos 1970 era fruto de uma visível estabilidade, com alternância política em seus últimos 40 anos. Desde os anos 1930, com a eleição de Pedro Aguirre Cerda à frente de um governo de Frente Popular, passando pelos seis anos de populismo sob a presidência do General Carlos Ibañez Del Campo (1952-1958) e com a volta do projeto político da direita sob Jorge Alessandri Rodríguez ao término deste período, sete presidentes tomaram posse através de eleições livres e pluralmente representadas politicamente. A presença de diferentes tendências políticas no poder em um intervalo de tempo histórico significativo, em comparação com uma América Latina turbulenta e instável, precipitou no raciocínio de boa parte dos militantes da esquerda no Chile, a partir dos anos 1950 e de forma crescente até 1970, a viabilidade de um governo socialista eleito.

Um militante em especial nutria esse sentimento. Salvador Allende, natural da cidade de Valparaíso, com formação em medicina e com longa trajetória de atuação política iniciada nos movimentos estudantis nos anos 1930, da fundação do Partido Socialista em 1933 e seguida por experiências no Executivo e Legislativo nacional nos anos seguintes (AGGIO, 2002, p.15), chegava em 1970 à sua quarta eleição presidencial, à frente de uma coalizão capitaneada pelos partidos Socialista e Comunista (assumidamente ligados à ideologia marxista-leninista) complementada pela presença do Partido Radical (PR), Partido Social Democrata (PSD), Partido de Esquerda Radical (PIR), Ação Popular Independente (API) e o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU)<sup>2</sup>, além do importante apoio da CUT (Confederação Única dos Trabalhadores). (BANDEIRA, 2011, p.126)

A Unidade Popular iniciou sua trajetória de maturação nos convulsivos anos 1930 em um cenário de instabilidade político-institucional que se arrastava desde os anos 1920. As duas forças políticas de então, conservadores e liberais, oligárquicos em sua essência, alternavam-se na direção de um país marcadamente dependente da exploração do salitre e com as oscilações de preços no cenário internacional que, no entre-guerras, causaram a queda no nível de renda dos trabalhadores e o

---

<sup>2</sup> Em 1973, juntaram-se à Unidade Popular a Esquerda Cristã (IC) e o MAPU Obrero-Campesino.

aumento da pobreza. Trabalhadores das classes médias e do proletariado, oriundos de um fenômeno de crescente industrialização e do conseqüente aumento populacional nas cidades, emergiram como novos atores sociais cujas aspirações não estavam representadas pela visão de projeto de poder elitista de conteúdos antimodernizante, tecnocrático e autoritário. (AGGIO, 2002, p.69)

Os governos de Arturo Alessandri Palma, com períodos situados entre 1920 a 1938, introduziram algumas reformas sociais e econômicas, porém suas limitações em nível de realizações se calcavam na sua própria essência, cujas elites abominavam o projeto de poder embasado na modernização econômica, via Estado, e menos ainda percebiam com bons olhos o advento de parágrafos nas legislações sociais que incrementavam o poder popular. Aferrando-se no corporativismo e na opção pelo Parlamento, a direita tradicional abria mão de compor alianças com as novas configurações políticas surgidas neste período e – pelo menos por um tempo – de estabelecer um projeto para o país. (AGGIO, 2002, p.69)

O capitalismo dependente de base extrativista mineira, centrada na produção e exportação de salitre, primeiramente, e depois com o cobre a partir dos anos 1920, contribuiu para um *boom* populacional em algumas cidades chilenas, originando uma classe de pequenos burgueses e funcionários públicos que se filiavam ideologicamente ao Partido Radical. Já o proletariado, surgido com esse mesmo fenômeno, originou o Partido Comunista (dezembro de 1920) e o Partido Socialista na década seguinte. Esses partidos irão compor nos anos 1930 – juntamente à Central de Trabalhadores do Chile (CTCH), Federação de Estudantes do Chile (FECH) e à Frente Única Araucana Mapuche – uma Frente Popular que faria ecos, com seus altos e baixos, até o golpe de 11/9/1973.

Pedro Aguirre Cerda foi alçado à presidência em 1938 pela Frente Popular. O projeto vencedor da Frente Popular tinha um viés reformista, longe da substância revolucionária do programa da Unidade Popular, mas estabelecendo um paradigma no que tange à atuação do Estado frente às mazelas econômicas e sociais de então: resposta direta, preventiva, coordenadora e executora, nas palavras do próprio presidente Aguirre Cerda (AGGIO, 2002, p.74). Outrossim, inaugurava um período histórico de estabilidade político-institucional, cuja raiz Allende presenciou intensamente – por meio do exercício do cargo de Ministro da Saúde no governo Aguirre Cerda, passando pelas sucessivas candidaturas ao La Moneda até chegar à

presidência em 1970 – e de cuja experiência ajudou a moldar em si a confiança de uma via chilena ao socialismo.

O Estado, diferentemente do período precedente ao triunfo da Frente Popular, tomou para si a responsabilidade na promoção da industrialização, diferenciando-se também do cenário latino-americano de então, cujas bases políticas autoritárias fortaleciam em vários países um Estado que exercia controle absoluto da economia. Em bases politicamente moderadas, buscou-se a substituição do combalido modelo agrário-exportador, gerador de instabilidades nos anos anteriores, para a substituição de importações, promovendo a reorientação de atividades empresariais e estatais, através da criação da *Corporación de Fomento* (CORFO). Essa política levou ao surgimento de empresas estatais em princípio indesejadas pelos setores empresarias, mas que aos poucos passaram a ser desejadas, conforme a distribuição de forças políticas na coalizão. (AGGIO, 2002, p.75)

Em consonância, a Frente Popular fortaleceu a democracia através do que Alberto Aggio (2002, p.74) cita como uma “institucionalização do conflito”, com a inclusão de boa parte das classes subalternas à cidadania, por meio da promoção de direitos, justiça social e politização numa “dimensão aceitável”, habilmente orquestradas pela liderança exercida na FP pelo Partido Radical. E, como participante do arranjo e provavelmente com os olhos no futuro, o PCCh e, em menor parte, o PS adentravam cada vez mais no sistema político-democrático em busca de canais mais amplos de alcance das massas. (AGGIO, 2002, p.77-78)

Porém, em nenhum dos governos da Frente Popular foram seriamente colocadas em execução quaisquer das bandeiras de reformas defendidas pela composição marxista-leninista da Frente: reforma agrária, reforma eleitoral e nacionalizações ficaram ao largo de uma discussão profunda e aguardariam melhor sorte anos depois.

A Frente Popular acaba no fim dos anos 1940 sob o governo de Gabriel González Videla, principiando tempos de desuniões e proscricões no campo da esquerda e de crescimento da direita por meio da ocupação de espaços da FP. Num espaço de dez anos, o Chile viveu limitações democráticas se comparadas ao período precedente, mas presenciou também o advento de uma sucessão de candidaturas no campo da esquerda sob a figura de Salvador Allende. Buscando suceder ao presidente Gabriel Videla, o então senador socialista obtém 5,5% de votos numa época em que pouco mais de 10% da população chilena podia votar,

com esses números abalados pelos efeitos da legislação que proscreveu o Partido Comunista e devido também às divisões surgidas no seio do Partido Socialista. (BANDEIRA, 2011, p.89; AGGIO, 2002, p.17)

A pífia votação conseguida no pleito inaugural não desanimou Allende, a essa altura já consolidado como uma das lideranças do movimento de esquerda política chilena, e, como Senador desde 1945, pela tribuna da Câmara Alta recarregou as energias para o pleito que se seguiria.

Em 1956, é constituída a Frente de Ação Popular (FRAP), precursora da Unidade Popular, tendo como eixo os socialistas e comunistas, conjugados a outras forças de esquerda que majoritariamente estariam reunidos na coalizão da Unidade Popular. A substância do programa elencava os enunciados centrais marxistas-leninistas de transformações estruturais de caráter anti-imperialista, antioligárquico e antifeudal, “respaldado por uma apreciação realista do que pode fazer um governo não contaminado com interesses criados e que contará com o decidido respaldo popular”. (EL PROGRAMA DEL GOBIERNO POPULAR, p. 7) Para isso, o Programa insiste ao longo de suas linhas no fortalecimento da democracia para obtenção de desenvolvimento econômico, social e político, o conseqüente fortalecimento popular sem ruptura institucional e com respeito ao processo democrático, postulado de larga tradição na história do marxismo, remontando, pelo menos, à Segunda Internacional.

O Programa da FRAP embasou teoricamente a segunda candidatura presidencial de Salvador Allende nas eleições de 1958, pela a interessante posição de buscar a hegemonia do proletariado sob qualquer aliança programática com a burguesia, então fortemente constituída. Tendo sido aprofundadas as discussões pós-Frente Popular, cresciam adeptos à concepção de uma via nacional ao socialismo, embasadas pela ratificação do PCUS após o célebre congresso de 1956. (AGGIO, 2002, p.83-84) Naquela ocasião, o Secretário-Geral Nikita Krushev tecia críticas e autocríticas após cerca de 30 anos de poder absoluto de Josef Stalin. Assim sendo, sob o auspício político soviético e inspiração gramsciana, estabelecia-se no seio marxista político chileno que a libertação nacional pela implantação do socialismo poderia ser obtida por processo eleitoral.

Desde os anos 1940, fazer parte de uma Frente Popular de forças políticas tão heterogêneas incomodava alguns setores da esquerda, no que tange à preocupação em se perder a substância das bandeiras do poder popular e de libertação nacional sob um programa com mais força de centro do que de esquerda,

vista a arbitragem de um partido de centro como o PR na aliança. Desta dúvida viera a desunião que marcou a divisão dessas forças na candidatura de Salvador Allende em 1952. Esta primeira experiência de união, contudo, aperfeiçoou as discussões no seio das duas principais forças de esquerda, comunistas e socialistas, nos anos seguintes. Apesar de haver diferenças de posicionamento estratégico entre comunistas e socialistas no que se referia à composição de forças – impasse frente à uniões programáticas com a burguesia – ambos mais se atraíam do que se repeliam, e se uniram em 1958 para compor a segunda candidatura de Salvador Allende ao La Moneda.

A FRAP concorreu nas eleições de 1958 diante de três outras candidaturas que polarizaram as possibilidades de vitória. Dentre elas, a Democracia Cristã, que seria vitoriosa já no pleito seguinte. O candidato mais à direita de todos, Jorge Alessandri Rodríguez, recebendo apoio financeiro de empresas norte-americanas ligadas à mineração, assim como da CIA, se comprometia a manter intacto o monopólio da extração do cobre e do salitre, riquezas nacionais responsáveis por enormes lucros remetidos ao exterior e duramente combatidas pelo programa da FRAP, defensora da nacionalização das principais indústrias sob monopólio do capital estrangeiro. (BANDEIRA, 2011, p.89)

Derrotada pela diferença de 2,7% dos votos, a FRAP e Allende presenciariam a derrota gradual do programa econômico de Alessandri, na busca de fortalecimento de uma classe empresarial dependente em política e em ideologia das classes dominantes (AGGIO, 2002, p.93), e da prioridade de cumprimento dos ditames do FMI e do Banco Mundial, deixando em segundo plano as ações efetivas do Estado na economia, conforme os sucessos da Frente Ampla.

Sob uma conjuntura mundial em permanente ebulição, protagonizada no continente latino-americano pela Revolução Cubana e seus efeitos, no início da década de 1960 (BANDEIRA, 2011, p.90), a FRAP chegava a 1964 com vivas discussões sobre os meios de vitória possíveis do programa revolucionário. Por um lado, havia o forte respaldo à via pacífica, por meio dos bons resultados nas urnas e conforme entendimentos congressuais anteriores, mas a perspectiva revolucionária estava em sintonia com o exemplo orgânico do triunfo guerrilheiro em Cuba. A ilha nacionalizava sua economia frente aos interesses norte-americanos, um verdadeiro bastião em um continente cujos interesses ianques estavam fortemente consolidados nas economias de praticamente todos os países. Como exemplo

perigoso, a administração Kennedy, no princípio dos anos 1960, passou a enviar aportes crescentes de recursos para financiar os candidatos da direita nas eleições, notadamente para Eduardo Frei, candidato pela Democracia Cristã.

Eduardo Frei propunha que o Estado adquirisse poder majoritário no controle acionário de importantes empresas de cobre do país, notadamente a *Kennecott* e a *Anaconda Co.*, na intenção de aumentar a extração do produto e obter crescimento econômico e aumento da renda nacional. Além disso, propunha reforma agrária que beneficiaria cerca de 100 mil famílias, nesse caso não incomodando interesses norte-americanos, com a expropriação e a indenização dos latifundiários nacionais. (BANDEIRA, 2011, p.96) Os desejos de reformas no campo expressavam o sincero desejo da Democracia Cristã em reverter a injustiça social e a exclusão política da massa de trabalhadores através da industrialização e da modernização do interior, buscando a integração social nos moldes do programa de “revolução em liberdade”. (AGGIO, 2002, p.100)

Ao receber apoio norte-americano em várias frentes, desde recursos financeiros e passando pelo trabalho de *marketing* negativo contra a candidatura de Salvador Allende, Eduardo Frei venceu as eleições com mais de 56% dos votos válidos. Em continuidade à política iniciada por John Kennedy, Lyndon Johnson autorizou a ida de somas vultosas de recursos ao Chile. Ao longo dos seis anos de governo democrata-cristão, sob a forma de empréstimos ou doações, e, navegando em uma onda de aumento do preço do cobre, o Chile teve sua balança de exportações favorecida. Entretanto, mesmo adquirindo participação acionária nas empresas de cobre através da estatal CODELCO, a denominada “chilenização” da produção do cobre não modificou a estrutura de poder de decisão exercido nestas empresas. Pelo contrário, as empresas duplicaram a produção sem proporcional pagamento de impostos ou limitação na remessa de lucros às matrizes nos Estados Unidos, aprofundando a dependência econômica e a desigualdade social. (BANDEIRA, 2011, p.100; 107)

Desconsiderando qualquer teor de materialismo histórico à sua teoria, a Democracia Cristã se afastava de qualquer entendimento com a esquerda, porém, ao atacar o latifúndio improdutivo, base material da oligarquia, frustrava entendimentos também com esse campo. Portanto, nos anos que antecederam o triunfo da Unidade Popular, pôs-se em marcha a prática de um programa que passou a ser lugar comum no pós-guerra em várias partes do globo, combinando

modernização e industrialização com ênfase em benefícios sociais. A mancha da intenção consistia no desinteresse básico no enfrentamento dos desníveis sociais, tão marcantes nas estruturas econômicas e sociais dos países da América Latina, que incitavam a teoria e a prática das esquerdas, especificamente dos socialistas.

Os perturbados anos 1970, nos dizeres de Eric Hobsbawn, encerraram um ciclo de profundas modificações nos campos da economia, sociedade e cultura nos países de influência capitalista, somadas à modernização das estruturas dos novos países socialistas surgidos do pós-guerra. Por 25 anos (1945-1970), o mundo produziu e vendeu como nunca antes, gerando recordes na balança de pagamentos de diversas economias nacionais, estabelecidas por uma “substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia”. (HOBSBAWN, 2008, p.264) Com isso, o *boom* de desenvolvimento trouxe, em contrapartida, o aprofundamento da desigualdade estrutural entre os países desenvolvidos e os periféricos, como também a desigualdade social entre as classes sociais de todos os países, constatados nos anos 1960. A Era de Ouro, portanto, não parecia ser possível para todos.

O mundo anterior aos anos 1970, dividido zonas de influência consolidadas pelos resultados da Segunda Guerra, gerou a famosa bipolarização das atenções globais sob duas capitais: Washington e Moscou. Herdeiros de distintas correntes ideológicas, ao longo do que Hobsbawn menciona como um “breve século XX”, ambas as capitais produziram através de seus representantes políticos um conflito diretamente retórico e indiretamente bélico. Através de políticas de investimentos e de fortalecimento ideológico, tanto o liberalismo quanto o socialismo eram incentivados a florescer plenamente nas regiões de influência de cada superpotência: assim, tanto a Europa Ocidental quanto o Japão receberam significativos aportes vindos dos Estados Unidos e, em contrapartida, a Europa Oriental recebeu imensa soma de atenções vindas da União Soviética. Juntas, a produção dessas regiões somada às das superpotências (e em terceiro plano as demais regiões do globo) caracterizou, nos primeiros 25 anos do pós-guerra, um período ímpar de desenvolvimento.

A trajetória de relacionamento dos Estados Unidos com a América Latina, iniciada em 1776 e que se estende aos dias atuais, pode ser resumida em uma palavra: hegemonia. Seja em aspectos políticos, geopolíticos, econômicos, sociais, militares ou mais comumente a combinação destes, as ações empregadas pelos



governos norte-americanos ao longo dos séculos para a defesa de seus interesses na região tiveram como ênfase a construção e consolidação de seu poder no hemisfério. A partir da Doutrina Monroe (1823), postulante da ideia de que qualquer tentativa por parte de potências da Europa de ameaçar a independência das diversas nações constituídas pela fragmentação do poderio espanhol nas Américas seria considerada perigosa para a paz e a segurança dos Estados Unidos (BANDEIRA, 1998, p.41), uma série de condutas tipificadas em doutrinas e corolários pautou a política do país em relação à América Latina.

A década de 1970 inaugura um período turbulento na história mundial, marcado pelas características de crises sistêmicas na produção e no consumo que se iniciavam após um *boom* de produção, depois de duas décadas e meia de maciça produção industrial e agrícola, tanto dos países de orientação capitalista quanto de orientação socialista. O Chile havia extraído neste *boom* significativos montantes de minerais de suas jazidas, porém, os crescente números não eram traduzidos em melhorias estruturais, aprofundando as desigualdades, como já mencionado. E, no alvorecer dos anos 1970, o desagravo econômico mundial, e chileno em particular, agitava as forças políticas.

O ano de 1970 apresentava um panorama igualmente polarizado quando comparado ao pleito precedente: mais uma vez, as forças de esquerda aglutinaram-se junto ao nome de Salvador Allende, enquanto que a direita apresentava a candidatura do ex-presidente Jorge Alessandri (Partido Nacional) e o centro vinha com Radomiro Tomic (Democracia Cristã). Sempre presentes, os Estados Unidos manifestavam preocupações e reticências com as candidaturas de Alessandri e Tomic, já que, na opinião do embaixador norte-americano Edward M. Korry, não suplantariam a candidatura de Allende, cujos 39% obtidos em 1964 balizavam sua provável vitória. Várias ações foram postas em prática buscando causar obstáculos à candidatura de Allende, tendo a CIA disponibilizado sua máquina de guerra psicológica na promoção das consequências hipotéticas de um governo socialista, que atentaria contra a democracia e suas instituições. (BANDEIRA, 2011, p.125-130)

Passadas as experiências das eleições de 1958 e 1964, a esquerda chilena chegava a 1970 salientando os mesmos pontos de discórdia metodológica. Os socialistas ainda alimentavam dúvidas no caminho eleitoral como condição subjetiva para o triunfo, salientando que a luta de classes estava associada ao confronto. Defensores radicais dessa perspectiva, o Movimento de Esquerda Revolucionária

(MIR), nascido justamente das querelas no seio do Partido Socialista em relação à participação nas eleições, bradava através da voz de seu líder Miguel Enríquez que “somente a luta armada poderia abrir caminho para a implantação do socialismo”, em contraposição ao pensamento do próprio Che Guevara, para o qual a guerra de guerrilhas poderia ser o caminho num cenário nacional de subdesenvolvimento industrial e de cunho marcadamente rural, características ausentes em um país como o Chile, com significativas populações urbanas. (BANDEIRA, 2011, p.113)

Assim sendo, teses como a do MIR não prosperaram e mais uma vez os socialistas chegavam à conclusão quanto à necessidade de participação nas eleições, “estando o MIR durante o mandato de Allende à esquerda da esquerda, com sua militância buscando realizar a revolução fora das paredes neoclássicas do Parlamento, insuflando as massas neste contexto de luta institucional indefesas”. (GARRETÓN; MOULIAN, p.206)

A diferença fundamental na visão entre socialistas e comunistas na aceitação de outras forças para a composição de uma nova frente estava no pragmatismo. Por um lado, os socialistas viam o centro político com desconfiança e obstáculo dentro de uma frente ampla a qualquer compromisso revolucionário, além de sempre alimentarem constantes dúvidas na cada vez mais defendida “via chilena”. Já os comunistas mais uma vez embasavam as decisões através de entendimentos vindos do PC soviético, advogando que os inimigos seriam as grandes potências e as elites oligárquicas, sendo possível assim compor arranjos com o centro democrático. Nesse entendimento, várias forças políticas se uniriam e combinariam elementos da democracia burguesa e do socialismo para fazer a revolução. (AGGIO, 2002, p.105-106) Assim unidas, levaram Salvador Allende à vitória com 36,2% dos votos<sup>3</sup> e, a partir do dia 3/11/1970, era dado início à primeira tentativa de implantação do socialismo em bases democráticas, especificamente chilenas, um socialismo com sabor especial dos vinhos e empanadas chilenos. (BANDEIRA, 2011, p.136)

---

<sup>3</sup> Conforme as regras eleitorais da época, por não ter obtido a maioria absoluta dos votos foi necessário que a vitória de Allende nas urnas fosse ratificada pelo Parlamento, por meio de um pacto entre a UP e a DC (Estatuto de Garantias Democráticas) em 8 de outubro de 1970.

### 3 A VIA CHILENA NAS PALAVRAS DE ALLENDE E NA TEORIA DA ESQUERDA CHILENA

*Para los suyos soy un revolucionario; para los míos un conservador.*

(BANDEIRA, 2011, p.429)

A via chilena como caminho revolucionário ao socialismo foi apontada em seguidos discursos de Salvador Allende ao longo de sua trajetória política no Senado, nas candidaturas presidenciais e continuando durante e após a sua vitória eleitoral. A observar o conteúdo de seus discursos, distribuídos no intervalo de tempo determinado de 1956 a 1972, foi possível constatar o desenvolvimento de sua concepção de “via chilena”, em consonância crescente às concepções de algumas correntes de pensamento da esquerda da época, vindas principalmente do Partido Comunista Chileno. Noções que dialogaram com a convicção crescente nas vias institucionalizadas de luta ideológica de boa parte do espectro de esquerda chilena.

Com a participação das esquerdas no jogo político de alianças, constituídas a partir da Frente Popular com o Partido Radical em 1938, seguindo com a primeira candidatura própria em 1952, pela FRAP em 1958 e 1964 até a constituição do programa da Unidade Popular em fins de 1969<sup>4</sup>, mais de 30 anos amalgamaram o caminho da chamada via chilena. No epicentro desta trajetória, Salvador Allende marcava posição na tribuna do Senado, em defesa de uma frente popular por vias democráticas. Empenhado na tarefa, em abril de 1956 constatava:

*Nosotros creemos que ha llegado la hora de que los partidos auténticamente populares creen una conciencia cívica capaz de brindarle a Chile una salida política, una alternativa distinta, una solución nueva, y esta salida política la estamos labrando lealmente en el Frente de Acción Popular.*<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> O programa de governo da Unidade Popular (UP) foi aprovado em dezembro de 1969 pelos partidos Comunista, Socialista, Radical e Social – Democrata, pelo Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) e pela Ação Popular Independente (API), em 17/12/1969 em Santiago do Chile.

<sup>5</sup> LA UNIDAD DE LA IZQUIERDA. Disponível em: <[http://www.archivochile.com/S\\_Allende\\_UP/doc\\_de\\_sallende/SAd0061.pdf](http://www.archivochile.com/S_Allende_UP/doc_de_sallende/SAd0061.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2016.

Para complementar sua defesa do caminho a ser empreendido pela FRAP recém-constituída, Allende ponderava acerca da substância do pensamento e da ação das esquerdas no cenário institucional chileno, salientando que:

*Reconozcamos, desde luego, la firmeza de nuestras convicciones y la serenidad de nuestra actuación, porque, siendo contrarios al contenido de la democracia burguesa, que es sólo formal y política, nunca – lo afirmamos – hemos tomado el camino turbio de la subversión o del golpear precipitadamente la puerta de los cuarteles [...].<sup>6</sup>*

Ao elencar em seus comentários a primazia do caminho institucional na consecução do projeto de poder popular, Allende fazia ecos mais às concepções do Partido Comunista (PC) Chileno que a seu próprio Partido Socialista. Ao falar de consciência cívica e a não disposição em se tomar direções “nubladas”, Allende aproximava-se no conteúdo teórico dos comunistas de uma “via pacífica”, como assinalava Luis Corvalán, Secretário Geral do Partido Comunista Chileno:

*En la práctica, el movimiento popular chileno, en virtud de las condiciones históricas concretas de nuestro país, ha venido desenvolviéndose por la vía pacífica desde hace varias décadas, desde los tiempos del Frente Popular, es decir, desde hace casi veinticinco años, desde mucho antes que se planteara con fuerza la tesis sobre la posibilidad del desarrollo pacífico de la revolución. (CORVALÁN, 2003, p.31)*

Aos olhos da trajetória histórica chilena, seria o caminho possível de triunfo do socialismo, com base na experiência político-institucional das esquerdas desde os anos 1930, reforçada pelos ótimos desempenhos nas urnas em 1958 e 1964. Sem dúvidas, as teses do XX Congresso do Partido Comunista Soviético (PCUS) de 1956 também foram cruciais como ingredientes de autoestima, ratificando o ensejo de construção do socialismo no país pela via executiva, através da figura de um presidente com poderes atribuídos pela Constituição. Mesmo limitado, o sistema político-eleitoral chileno dava margens à ascensão de um governo de base popular, mais ainda, em que pese a maioria da população condenar a via armada e propósitos políticos antidemocráticos. Um mandato popular nesta ótica interpretativa utilizaria canais institucionais para construir a revolução e ao mesmo tempo evitar a violência pela violência. O Partido Comunista, ao mesmo tempo, entendia que:

---

<sup>6</sup> EL SOCIALISMO CHILENO. Disponível em: <[http://www.archivochile.com/S\\_Allende\\_UP/doc\\_de\\_sallende/SAd0063.pdf](http://www.archivochile.com/S_Allende_UP/doc_de_sallende/SAd0063.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2016.

*Cuando hablamos de la revolución por la vía pacífica sólo estamos señalando la posibilidad de cambios revolucionarios sin recurrir a la insurrección armada o a la guerra civil y no estamos descartando otras posibles formas de violencia en menor escala. La huelga general, la toma de terrenos, las luchas callejeras e incluso la conquista de la tierra por los campesinos en algunas partes, son también formas de violencia y ellas, por cierto, se han dado y se dan en el caso chileno. (CORVALÁN, 2003, p.34)*

Assim, a via pacífica (ou via chilena)<sup>7</sup> partilharia da mesma essência revolucionária de outras vias, sendo o motor de qualquer via revolucionária a luta de classes. Allende tomava posição clara via tribuna do Senado, desde os anos 1950, da sua crença em um projeto revolucionário por vias institucionalizadas, um projeto híbrido a ser defendido num mundo até então cioso pela via de ascensão revolucionária armada, salientando a trajetória particular nacional como possibilidade de se fazer uma revolução por outro caminho.

Em um contexto de acirramento ideológico regional, onde os governos democráticos no limiar dos anos 1960 eram poucos – Brasil, Argentina, Peru e Paraguai já estavam em ditaduras militares –, e sempre pressionado pela hegemonia política e econômica norte-americana, foi a Europa que as atenções de parte da esquerda chilena se voltaram na defesa do projeto da via chilena, inspirando-se nas frentes populares experimentadas na França e na Espanha durante o período entre-guerras e na Tchecoslováquia do pós-guerra. Apesar de todas terem sido derrotadas na implantação do socialismo por vias pacíficas, a tese encontrava reforço na própria trajetória teórica marxista, inédita e na época (século XIX) carente de precedentes históricos. (CORVALÁN, 1971, p.25-27)

O essencial para Allende, portanto, desde os anos 1950, seria a reunião das forças de esquerda em sua totalidade ao redor das mudanças fundamentais na economia, na política e na sociedade, num programa único. Conseguindo aglutinar as forças dos trabalhadores ao redor de seu governo, seria possível pressionar a institucionalidade burguesa na ampliação e expansão da reforma agrária (pouco aplicada pela já existente lei do governo anterior de Eduardo Frei) e na expropriação dos monopólios, notadamente do cobre, que deveria ser tramitado via Parlamento, para de esta forma fortalecer a área econômica com controle estatal (APS – Áreas de Proteção Social) almejada pelo programa da Unidade Popular. (AGGIO, 2002, p.19) Assim:

---

<sup>7</sup> Via não armada, via não violenta, via não insurrecional, via política, via eleitoral, via institucional, via democrática, via constitucional. (CORVALÁN, 2003, p.125)

*No pretendía [...] sustituir un partido por otro en el gobierno, sin llevar a cabo cambios de fondo, preservar y hacer más efectivos los derechos democráticos y transformar las instituciones existentes [...] su propósito era promover una revolución social, la transformación de las instituciones por un Estado obrero, , y cambiar el modo de producción [...] por vía electoral, del Ejecutivo. (BANDEIRA, 2011, p.126)*

Em seu primeiro discurso como presidente recém-eleito, em 4/9/1970, na tribuna da Federação de Estudantes da Universidade do Chile (FECH), Allende parte de sua coerência como defensor da tese da via chilena em muitos anos de vida pública e militância. Os primeiros passos de “um povo que amanhã será governo”, em busca de justiça social aos homens, mulheres e jovens chilenos teriam como foco maior a luta contra as diversas formas de expropriação, com a supressão dos monopólios e do controle do crédito, além da revolução no campo pela reforma agrária, criando o “capital social” necessários ao desenvolvimento. Allende continua sua exortação, aludindo à autodeterminação dos povos e à compreensão das trajetórias específicas das nações, com seus “próprios problemas, histórias e realidades”, mas salientando que a ideia de liberdade une não somente o povo chileno, mas de toda uma América Latina dependente economicamente. Na visão de Allende, começava o processo da segunda independência do Chile.

Allende toma posse em 5/11/1970 no Estádio Nacional de Santiago repleto de militantes atentos ao seu discurso de posse, nele aprofundando os significados do discurso da vitória na Federação Estudantil. Suas primeiras palavras vinculam a luta da Unidade Popular como uma continuação das lutas iniciadas com a independência política no começo do século XIX, deixando claro que o Chile necessita realizar agora sua independência econômica, sob o espírito inspirador “*de los héroes de nuestra Patria*” – Lautaro, Caupolicán, Cuauhtémoc, Túpac Amaru, Bernardo O’Higgins, Manuel Rodríguez, José Manuel Balmaceda e Luis Emilio Recabarren. Como traço comum do continente latino-americano, em que a emancipação política não se fez acompanhar pela emancipação econômica, Allende vincula uma tonalidade nacionalista ao projeto socialista da Unidade Popular.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> BASTA DE DESIGUALDAD SOCIAL! Discurso em el Estádio Nacional de Santiago al asumir como presidente de La República. Disponível em: <[https://www.marxists.org/espanol/allende/1970/noviembre05\\_bis.htm](https://www.marxists.org/espanol/allende/1970/noviembre05_bis.htm)>. Acesso em: 19 out. 2016.

Diferentemente de Cuba, a maior referência de ruptura latino-americana frente à hegemonia econômica norte-americana, o governo de Allende, desde sua concepção como frente ampla iniciada nos anos 1950, alegava a inadequação à suserania norte-americana de seu projeto popular. Fidel Castro declararia o caráter socialista da revolução em Cuba somente em abril de 1961, passados mais de dois anos de triunfo guerrilheiro, devido à própria história, problemas e realidades de Cuba diante do poderoso vizinho, controlador da totalidade da economia da Ilha. Com a via chilena, Allende e a Unidade Popular também buscavam outro caminho e buscavam demonstrar que fazê-la não era inteiramente impossível.

Frente ao discurso de posse, após a digressão histórica do Chile em sua emancipação, Allende chega ao âmago do programa da Unidade Popular: o sistema capitalista como a causa do atraso do país, tanto em nível interno – classes sociais – como em nível externo, e os flagelos da desigualdade, violências institucionais e desemprego contra as classes desfavorecidas. Na intenção de reverter esta lógica, a Unidade Popular conceberia uma política econômica sob interesses populares para reverter a dependência econômica, tecnológica, cultural e política perpetrada pelas elites econômicas do país, reflexo da América Latina. E para isso, o Chile contaria com a subida ao poder dos “porta-vozes dos setores sociais mais postergados” que fariam possível a transformação das instituições políticas do país, escolhendo a não violência e mais uma vez coerente aos olhos da “nobre tradição” da ação política, atreladas à “vigência e o respeito aos valores democráticos e ao reconhecimento da vontade majoritária”<sup>9</sup>.

Portanto, eleito pelo povo o programa da Unidade Popular, embasado no tripé da democracia, pluralismo e liberdade, seria dada a largada rumo à superação do subdesenvolvimento, atraso e dependência do país. O poder popular seria o pilar que derrubaria o pilar minoritário, porém hegemônico, que controlava a economia e as instituições através da supressão dos monopólios econômicos e de um “sistema fiscal posto a serviço do lucro”, da nacionalização do crédito e do combate aos latifúndios, em suma, uma democracia que se faria mais real à medida que fosse mais popular e consolidaria um Estado justo, riquezas do país para o país,

---

<sup>9</sup> BASTA DE DESIGUALDAD SOCIAL! Discurso em el Estádio Nacional de Santiago al asumir como presidente de La República. Disponível em: <[https://www.marxists.org/espanol/allende/1970/noviembre05\\_bis.htm](https://www.marxists.org/espanol/allende/1970/noviembre05_bis.htm)>. Acesso em: 19 out. 2016.

transformação da sociedade e emancipação humana<sup>10</sup>, sintetizando as principais bandeiras da via chilena<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> BASTA DE DESIGUALDAD SOCIAL! Discurso em el Estádio Nacional de Santiago al asumir como presidente de La República. Disponível em:

<[https://www.marxists.org/espanol/allende/1970/noviembre05\\_bis.htm](https://www.marxists.org/espanol/allende/1970/noviembre05_bis.htm)>. Acesso em: 19 out. 2016.

<sup>11</sup> a) Princípios básicos: democracia, pluralismo e liberdade. b) Respeito às instituições e à legalidade vigente. c) Anti-imperialismo, antimonopolismo e anticapitalismo. d) Luta de classes. e) Renúncia à luta armada. f) Racionalização das atividades econômicas e socialização dos meios de produção. g) Nacionalização das riquezas do país (cobre, ferro, salitre...) e da grande indústria por vias legais (Parlamento) ou plebiscito. h) Reforma Agrária (aplicação da lei do governo de Eduardo Frei). i) Redistribuição de renda. j) Assembleia Popular (nova Constituição e fim do bicameralismo). k) Aproximação diplomática e econômica com os países socialistas e comunistas.



#### 4 POSSIBILIDADES E LIMITES DA VIA CHILENA

A Unidade Popular triunfaria nas eleições de 1970 com o voto de confiança de 1.075.616 chilenos, o equivalente a 36,22% dos votos válidos. (BANDEIRA, 2011, p.133) Levando em consideração uma plataforma de governo socialista cuja diretriz máxima seria o respeito à institucionalidade e às regras da democracia burguesa, obter esta maioria relativa no pleito presidencial não se traduzia em maioria absoluta de apoios no conjunto da sociedade, visto que a composição do Congresso refletia também esta realidade geral desfavorável. Essa situação, porém, dava margem de confiança à Unidade Popular na defesa da via chilena embasada na história democrática do país, já que a trajetória dos últimos presidentes havia sido igual no que tangia ao apoio minoritário nas Câmaras. (GARRETÓN; MOULIAN, 1993, p.206).

Ratificada a vitória de Allende pelo Congresso, iniciaram-se as manobras políticas: inicialmente, o governo e a Unidade Popular tiveram a iniciativa política, em contraste a uma oposição acuada. Porém, com o passar dos acontecimentos e das medidas governamentais, aos poucos vai sendo fixado o panorama de profundidade na diferença entre os lados, crescendo por consequência o caos político, social e econômico. (AGGIO, 2002, p.114) Articulando-se com grupos de direita e extrema-direita, além de figuras do alto escalão no final do governo Frei, a CIA atuava para desestabilizar Allende no poder, como a aventada bancarrota econômica do país que levou a uma corrida aos bancos no mês de vitória de Allende. Conforme o dirigente do PS Carlos Altamirano diria anos depois, buscava-se com isso baixar o valor de papéis públicos na Bolsa e a retirada dos fundos depositados em instituições. (BANDEIRA, 2011, p.143) Seria a primeira de uma série de ações perpetradas pela ação conjunta da CIA e setores chilenos, que ganhariam reforços continentais com o passar dos acontecimentos.

A economia chilena, totalmente dependente do exterior, tinha, em 1970, metade de sua dívida externa de quatro bilhões de dólares nas mãos norte-americanas. Quatro quintos dos créditos comerciais em curto prazo que permitiam ao Chile realizar seu comércio exterior, também. Os EUA, como já mencionado, controlavam grande parte da produção e comercialização do cobre, conjuntamente regida pela alta burguesia. (BANDEIRA, 2011, p.164) E nesse quesito, o governo Allende principiou a ação, entregando ao Parlamento, em janeiro de 1971, o projeto

de nacionalização do cobre, aprovado após seis meses de árduas discussões. (AGGIO, 2002, p.115) Uma via democrático-institucional na transformação da economia e da sociedade rumo ao socialismo deveria levar profundamente em conta duras cifras de dependência, mas também o fato de que parte da militância não esperaria ações somente pelas vias institucionais. Suas ações logo seriam radicalizadas, com a consequente atividade no campo oposicionista chegando a paralelos graus latentes.

Ao passar dos meses ficava cada vez mais clara a percepção de que para se fazer passar a série de reformas propostas pelo programa da Unidade Popular, teriam que ser feitas negociações e barganhas no Parlamento, espaço de discussão do grosso de realização do programa da UP. Buscando apoios de outras bancadas, notadamente da Democracia Cristã (DC), ao mesmo tempo eram buscados caminhos fora da alçada parlamentar para consecução dos objetivos, através do uso dos poderes do presidente. Um dos mais notórios destes casos, a utilização do Decreto-Lei nº 520, editado durante a República Socialista de 1932, buscava dar o conteúdo legal à série de requisições, intervenções e expropriações de empresas privadas produtoras de artigos básicos que de forma crescente começavam a boicotar a economia nacional, através de acúmulos de mercadorias em seus depósitos com vistas à especulação ou simplesmente interrompendo parcialmente ou totalmente a produção. (GARRETÓN; MOULIAN, 1993, p.207)

Dentro da ótica da legalidade, em menos de um ano o governo da Unidade Popular nacionalizaria todos os bancos privados (alguns de capital americano), passando o Estado a controlar 90% do crédito, além de cerca de 60% da produção nacional pelo controle de centenas de empresas. Diferentemente das nacionalizações da indústria do cobre obtidas por negociações parlamentares, foi feito o uso de “resquícios legais” de decretos presidenciais de administrações anteriores para fazer possíveis e legais os atos governamentais de intervenção em empresas abandonadas ou não após a vitória de Allende, desde que estivessem enquadradas como problemáticas. (BANDEIRA, 2011, p.230) As medidas avançavam, e tais atitudes poderiam cobrar um preço por não se coadunarem com a realidade das forças políticas dentro dos marcos legais, com o mesmo raciocínio ao observar o panorama internacional. Essas empresas tomadas não se caracterizavam como de bens de capital, por exemplo, para promover o desenvolvimento do país e, cientes disso, os EUA cessaram o envio de créditos na

ordem de nove décimos, promovendo a contração da economia do país. (BANDEIRA, 2011, p.230)

Muitos ideólogos acreditavam piamente na força popular de mobilização diante das situações conjunturais. As marchas camponesas e operárias seriam o mecanismo de assalto e defesa para as mudanças, mas levando em conta a concomitante defesa do aparato da democracia burguesa com suas instituições e arranjos, soava ambígua e utópica para a Unidade Popular a tarefa de transformação pela “via chilena” sem um poder político compacto e eficaz dentro das instituições. (CORVALÁN, 1971, p.34) Em defesa da legalidade, a Unidade Popular se mostrava limitada em defender um arranjo que não interessava às necessidades de grupos sociais que desde então se encontravam à margem. As ocupações de terra no campo, como decorrência do gatilho da eleição de Allende, encontravam base legal parcial da lei editada no governo Frei, porém não era a estratégia inicial do governo, mas este se aproveitou do movimento de ocupações para acelerar o processo de reforma agrária. (AGGIO, 2002, p.116)

O processo de transformação social e econômica da política institucional idealizado pelo Programa da Unidade Popular era uma dura, demorada e árdua tarefa. Os acordos entre Governo e parlamentares, notadamente os democrata-cristãos, ora geravam frutos, ora reveses. A UP buscava colocar em marcha seu programa buscando não ceder ou barganhar, para que assim mantivesse sua autonomia diante de compromissos externos aos seus propósitos maiores. A Democracia Cristã se comportava dubiamente, ora ajudando e ora emperrando os processos de mudança, visto que a Unidade Popular desde o princípio usava das prerrogativas do Executivo em alguns casos (resquícios legais) sem o uso das negociações parlamentares. Afirmando o perigo de um possível desequilíbrio dos poderes, a DC apelava à história institucional chilena para cobrar uma participação nas mudanças e frear o desejo autonomista da UP. (AGGIO, 2002, p.116-117) Pode-se ter uma ideia da importância da DC neste processo institucional de reforma e os efeitos gerados quando as possibilidades de acordo ruíram por terra após os desentendimentos entre UP e DC e a passagem desta para o plano da oposição.

Os movimentos iniciais de 1971, creditados pelo ineditismo e esperança pela ascensão de um programa marxista pelas vias institucionais, deram lugar, a partir de 1972, a duras crises políticas e econômicas. (BITAR, 2001, p.183) Na economia, caía o preço da maior divisa do país – o cobre –, e aumentava a saída do

empresariado e do capital do país por conta do temor das expropriações, sentimento compartilhado pelos agricultores, que interromperam a compra de insumos gerados pelas indústrias das cidades. Com isso, as cidades e a população por consequência sentiam na mesa a falta de gêneros, insuficientemente recomposta pelas empresas estatizadas. (BANDEIRA, 2011, p.230) O custo de vida aumentava, e teve resposta com o reajuste salarial. Mas os problemas aumentavam.

Greves gerais, inflação, desabastecimento e quedas de produção se faziam sentir cada vez mais, tendo como pano de fundo a luta de classes gerada pela insatisfação de alguns setores, buscando desestabilizar o governo e torná-lo inoperante. Ao mesmo tempo, alguns líderes da esquerda, descrentes das possibilidades de negociação com os demais partidos, alimentavam justamente a necessidade do aprofundamento das contradições de classe e os enfrentamentos necessários, tais como Carlos Altamirano (PS), Miguel Enriquez (MIR) e Oscar Garretón (MAPU), prescindindo assim das vias políticas às quais a Unidade Popular havia creditado coerente como caminho de transformações. A radicalização dentro de setores da esquerda aumentava à medida que a inoperância institucional das reformas se mostrava. Carlos Altamirano era uma dessas vozes, ao bradar que para existir revolução deveriam ser abandonados os canais legais de luta, que seriam caminhos de defesa e não de ataque. Havendo um equilíbrio de forças entre os campos políticos, camponeses, trabalhadores da cidade e a juventude poderiam fazer a diferença nesta balança, pois o “dever de todo revolucionário é fazer a revolução. [...] e não de sentar-se em frente de casa para ver passar o cadáver do imperialismo”, conforme as palavras da Segunda Declaração de Havana (1962), vindas de uma Cuba que inspirava os métodos de luta revolucionária nos militantes de esquerda do MIR e do PS. (BANDEIRA, 2011, p.228) A tarefa de Allende e da Unidade Popular mostrava-se difícil também devido à própria desunião no seio das esquerdas do Chile.

Analisando objetivamente o Chile e toda a América Latina do início dos anos 1970, nenhuma das nações possuía (ou possuem) suas forças produtivas desenvolvidas. Segundo a cartilha de Marx e Engels, novas relações de produção (como as medidas acima descritas pela Unidade Popular buscavam forçosamente) não têm como aparecer em seu lugar antes que as condições materiais de existência já estejam presentes na formação social à qual se busca transformar. Assim, a implementação dos “resquícios legais” teve como consequência a carência

de uma boa qualidade de bens de capital e serviços, numa sociedade cujo horizonte da supressão das classes pudesse ser algo palpável. (BANDEIRA, 2011, p.231)

Analisando os fatos, Allende não havia sido eleito pela maioria. Na prática, não possuía força política suficiente, devido ao resultado eleitoral de 1970 e da composição das bancadas parlamentares. Uma maioria relativa que se traduziria como minoritária após o cerco parlamentar contra os projetos da Unidade Popular de uma oposição ferrenhamente antissocialista, apoiada a partir de 1972 pela Democracia Crista. Com uma plataforma de governo que buscava transformar interesses de uma burguesia nacional irmanada ao grande capital internacional, não faltariam meios para barrar o processo. (BANDEIRA, 2011, p.232) Prova disso é a linearidade de ideias e ativismo contrarrevolucionário da burguesia nacional, que contava com o apoio da burguesia do cone sul (notadamente brasileira) e das agências de segurança norte-americanas, através do corte de créditos ao governo da UP e do aporte de vultosas quantias que sustentavam os setores-chave que internamente ajudavam a instaurar o “caos” arquitetado internacionalmente.

Sangrando em todos os lados, progressivamente a partir de 1970 e de forma irrevogável a partir dos idos de 1972, o programa de governo cuja metodologia de cumprimento estava dissonante à vontade da maior parte dos representantes das instituições democráticas e burguesas encontrou seu epílogo nas primeiras horas do dia 11 de setembro de 1973, com a mobilização dos 3 corpos das Forças Armadas chilenas e Carabineros (a polícia chilena). Isto, sem contar todo o resultado da aplicação do aparato de recursos e de contrainteligência das agências norte-americanas, somados ao boicote econômico e político do Cone Sul e das elites políticas e econômicas do próprio país. Allende se dirigiria à nação pela última vez no mesmo dia, em um discurso sereno e profundo diante da situação, ecoando o seguinte pensamento:

Neste momento definitivo, o último em que eu poderei dirigir-me a vocês, quero que aproveitem a lição: o capital estrangeiro, o imperialismo, unidos à reação criaram o clima para que as Forças Armadas rompessem sua tradição, que lhes ensinara o general Schneider e reafirmara o comandante Araya, vítimas do mesmo setor social que hoje estará esperando com as mãos livres, reconquistar o poder para seguir defendendo seus lucros e seus privilégios.

Dirijo-me a vocês, sobretudo à mulher simples de nossa terra, à camponesa que nos acreditou, à mãe que soube de nossa preocupação com as crianças. Dirijo-me aos profissionais da Pátria, aos profissionais patriotas que continuaram trabalhando contra a sedição auspiciada pelas associações profissionais, associações classistas que também defenderam os lucros de

uma sociedade capitalista. Dirijo-me à juventude, àqueles que cantaram e deram sua alegria e seu espírito de luta. Dirijo-me ao homem do Chile, ao operário, ao camponês, ao intelectual, àqueles que serão perseguidos, porque em nosso país o fascismo está há tempos presente; nos atentados terroristas, explodindo as pontes, cortando as vias férreas, destruindo os oleodutos e os gasodutos, frente ao silêncio daqueles que tinham a obrigação de agir. Estavam comprometidos. Saibam que, antes do que se pensa, de novo se abrirão as grandes alamedas por onde passará o homem livre, para construir uma sociedade melhor.<sup>12</sup>

Encerrava-se assim a tentativa inédita de concretizar um projeto socialista pelos princípios democráticos e pluralistas no continente. Sem guerra civil ou o apelo às armas, tanto Allende quanto parte da esquerda chilena insistiram em implementar até o final modificações estruturais conforme o programa da UP, decorrente da trajetória da esquerda do país. Como porvir trágico, o país mergulharia em 17 anos de dura repressão política e abertura de seus mercados aos experimentos do liberalismo da Escola de Chicago, empreendendo a mais feroz perseguição aos opositores no continente e fazendo tombar em seus calabouços cerca de 40 mil pessoas<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> O ÚLTIMO DISCURSO DE ALLENDE. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/09/relembre-como-foi-o-ultimo-discurso-de-salvador-allende>>. Acesso em 20 nov. 2016.

<sup>13</sup> DITADURA DE PINOCHET NO CHILE DEIXOU MAIS DE 40 MIL MORTES. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/08/novo-relatorio-sobe-para-mais-de-40000-as-vitimas-da-ditadura-de-pinochet.html>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

## 5 CONCLUSÃO

La Moneda, símbolo máximo da institucionalidade chilena, em chamas; a dolorosa verdade de milhares de mortos; a desfiguração ultrajante que, do ponto de vista moral, a imprensa de direita consagrou à figura de um presidente respeitador da Constituição; este foi, segundo os conservadores chilenos, o preço que se devia pagar para “restabelecer a institucionalidade quebrada pela Unidade Popular e sobretudo para restaurar a “unidade nacional” dissolvida há várias décadas. (AGGIO, 2002, p.31)

*Los ingredientes de una revolución siempre son dos: sangre y tiempo. Si se emplea mucha sangre, se ahorra tiempo; si se emplea mucho tiempo, se ahorra sangre. (...) Lo que hay que cambiar, paulatinamente, son las estructuras que conforman el sistema. (...) Cómo se modifica eso? Dentro de esta actitud nuestra hay un solo camino que es la legislación. No es de ninguna manera constructivo romper un sistema. (BANDEIRA, 2011, p.429)*

Neste continente revolução sem sangue sempre significou sangue sem revolução.

Fidel Castro  
Santiago de Chile, 1973.

O objetivo principal deste trabalho foi compreender as possibilidades e limites da via chilena na intenção de aplicar o socialismo conforme a legalidade institucional. A análise recorreu ao pensamento de Salvador Allende em sua trajetória política alinhada aos caminhos político-institucionais do país desde os anos 1930, junto com postulados teóricos da esquerda e de seleta bibliografia.

A via chilena teria existido sem Allende? Consultando a trajetória político-institucional do país desde os anos 1930, Allende está presente em boa parte de seus momentos, seja no Executivo, no Legislativo e como militante do PS. Sua ação e pensamento credenciavam-no com o passar dos anos como a voz ativa de uma via chilena ao socialismo como nenhum outro. Seus discursos no Parlamento davam conta de sua convicção estratégica, desde os anos 1950, de reunir ampla frente às correntes de esquerda na conquista do poder político sob vias eleitorais.

Como se pôde observar acima, a trajetória político-institucional chilena a partir dos anos 1930 foi de um dinamismo ímpar na região, que em geral atravessava tempos de autoritarismo político. Com eleições livres e plurais novos grupos políticos ascendiam e ocupavam espaços institucionais no intento de reformá-los a fim de atender demandas dos grupos nascidos da modernização do país. A tradicional elite política de base agrária, atrelada a concepções antimodernizantes, tecnocráticas e

autoritárias, não via com bons olhos as intervenções estatais na economia e a criação de legislações de proteção social. Essas bandeiras foram o carro-chefe do programa político da Frente Popular, cuja aglutinou nos anos 30 partidos de centro e de esquerda por meio de uma institucionalização dos conflitos sob a arbitragem do centrista PR.

Os partidos de esquerda, notadamente o PCCh e o PS, participaram da Frente Popular nos anos 1930 e gradualmente se tornaram um ator político relevante. A partir de 1952, com a primeira tentativa de Allende de chegar ao La Moneda aumentaram os debates internos quanto às possibilidades e limites de um projeto socialista por vias legais. A constituição da FRAP em 1956 veio endossar a ideia da via legal, discussão já existente no seio da esquerda chilena e ratificada pelo entendimento do PCUS no mesmo ano. A diferença fundamental em relação à participação na FP dos anos 1930 e 1940 seria a relevância do marxismo-leninismo no programa, sendo aceitos na composição grupos burgueses desde que não suplantassem a hegemonia do proletariado na organização. Nas eleições de 1958, Allende quase foi o vencedor, perdendo para Jorge Alessandri, candidato da direita e depositário da confiança dos interesses norte-americanos, à frente nos seis anos seguintes de uma política voltada a atender o FMI.

O ano de 1964 mostrava a FRAP como forte candidata no pleito que se seguiria, devido ao bom resultado obtido em 1958, mas concorreria com a ascensão meteórica de uma DC que propunha uma “revolução em liberdade” por meio da candidatura de Eduardo Frei. Mesmo reiterando seu programa no fortalecimento da democracia para obtenção de desenvolvimento econômico, social e político sem ruptura institucional, Allende é derrotado mais uma vez, credenciando o programa de modernização, industrialização e benefícios sociais vigente em boa parte dos países da época. Na prática, o governo Frei propunha um conjunto de reformas longe da proposta revolucionária da FRAP, mas que trouxeram algumas medidas, malgrado os resultados não muito interessantes, seriam caminhos posteriormente aproveitados pelo governo da UP, como a lei de reforma agrária, a “chilenização” das empresas de mineração e o controle acionário majoritário de outras de interesse nacional.

Pelos os princípios da democracia, pluralismo e liberdade, parte da esquerda chilena uniu-se sob o programa da UP e da figura de Allende para concorrer às eleições de 1970. Como resumo de anos de participação em eleições e de reflexões frente ao cenário nacional e internacional, a UP seguia na essência da FRAP de



implementar o socialismo por vias institucionais, dialogando com os demais poderes constituídos mas não abrindo mão das prerrogativas presidenciais. Baseados na luta de classes, a proposta de vencer as eleições destacaria o projeto popular de transformação da economia, da sociedade e da legalidade na medida em que as classes populares se tornassem dominantes dentro dos aparelhos do Estado. (AGGIO, 1998, p.154) Este caminho, portanto, dispensava formas até então consagradas de via revolucionária, como a luta armada e a guerra civil.

A vitória de Allende nas eleições de 1970 com 36,2% dos votos válidos não eram suficientes conforme as regras eleitorais da época, sendo necessários 50,1% dos votos para a desnecessidade de uma ratificação parlamentar. Após conversações com a DC, chegou-se a um acordo de garantias em que Allende e a UP se comprometiam a respeitar a constituição. Começaria então o governo da UP e a partir daqui os discursos de Allende foram fundamentais na compreensão das estratégias de aplicação do programa da UP sob uma via chilena. Por meio da análise de discursos no Senado, da vitória e da posse em 1970, Allende enfatiza o respeito à legalidade e a utilização de seus caminhos para transformar a economia e a sociedade do país com base na gradual hegemonia da participação popular nas instituições, sem violência de qualquer tipo dos grupos políticos envolvidos, gerando assim uma nova legalidade, socialista por consequência.

A via chilena não foi um consenso no campo da esquerda do país, encontrando resistências desde sua consolidação como ideia majoritária assim como durante o governo da UP. Parte dessa esquerda rotulava Allende e a UP como reformistas, e concebia a ideia de *avanzar sin transar* rumo ao socialismo. (BANDEIRA, 2011, p.429) A extrema esquerda do PS e o MIR empreendiam ações por meios não institucionais, promovendo agitações em forma de greves, lutas urbanas e o apoio às ocupações de terras, independente de entendimentos prévios com o governo. Sem dúvida, a gradual dissolução da base de apoio da UP foi crucial para o enfraquecimento e derrota do governo Allende, mas não explicam totalmente o desfecho.

Os “resquícios legais” empregados pelo governo Allende na política de nacionalização de indústrias e na aplicação da reforma agrária foram duramente criticados pelo Parlamento. O governo e a base da UP eram acusados de não promover o diálogo institucional que defendiam, devido às prerrogativas presidenciais na aplicação de decretos já existentes que, na visão da DC e da oposição, levavam gradualmente o país ao caos. O governo tinha pressa em

transformar a economia para em consequência gerar os mecanismos de mudança social, por meio da nacionalização das riquezas minerais e dos bancos, a reforma agrária e a criação das propriedades sociais (APS).

Allende morreria convicto na utilização do Estado para fazer valer as transformações necessárias rumo à sociedade socialista. Acreditava que os princípios da liberdade, democracia e pluralismo eram fundamentais na nova sociedade, e não abriu mão de defender as vias institucionais existentes caso estes princípios fossem questionados. Negou-se até o fim em crer na viabilidade das vias clássicas de rebelião, cômico na concepção de que o Chile possuía uma trajetória distinta que prescindia de tais mecanismos. O governo da UP ruiu na medida em que a luta política se intensificou, com a gradual impossibilidade do diálogo institucional entre situação e oposição e consequente enfraquecimento institucional na mesma medida em que interessantes mudanças econômicas estavam ocorrendo. A propalada autodeterminação dos povos viu-se inexistente no Chile desde antes do triunfo eleitoral de Allende, com os países do Cone do Sul e os EUA aplicando a “fórmula para o caos” na economia e na política, em entendimento estreito com a elite do país.

As contradições estavam dentro da própria esquerda, com suas diferentes estratégias e impossibilidade de alcance de um consenso. Como proposta inédita que ia a desacordo às linhas convencionais de revolução, a via chilena não poderia se afirmar como majoritária diante de exemplos mundo afora que incitavam a luta armada. O processo político desta forma saiu do controle do presidente Allende e em muito facilitou o entendimento de uma medida drástica por parte da direita. Ernesto Che Guevara, ele mesmo vítima da falibilidade de teorias e táticas revolucionárias, alertava na década de 1960 sobre as possibilidades e limites do caminho revolucionário democrático:

quando se fala em alcançar o poder pela via eleitoral, nossa pergunta é sempre a mesma: se um movimento popular ocupa o governo de um país sustentado por ampla votação popular e resolve em consequência iniciar as grandes transformações sociais que constituem o programa pelo qual se elegeu, não entrará imediatamente em choque com os interesses das classes reacionárias desse país? O exército não tem sido sempre o instrumento de opressão a serviço destas classes? Não será então lógico imaginar que o exército tomará partido por sua classe e entrará em conflito com o governo eleito? Em consequência, o

governo será derrubado por meio de um golpe de estado e aí começa de novo toda a velha história.<sup>14</sup>

A estratégia estava clara para Allende. Comunicou-a antes, durante e até seu último dia de vida. Fez sua aposta, com firmeza e convicção e pereceu diante das armas de uma instituição que respeitou e que julgava ser respeitadora dos processos democráticos. Não foram em 1973, ao sepultarem a democracia a partir da fundação de uma nova ordem econômica, social e política e nem queriam sê-lo até 1990, ano de seu ocaso.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> CHILE E A EXPERIÊNCIA DO PODER POPULAR. Disponível em:  
<<https://blogdaboitempo.com.br/2013/09/06/chile-e-a-experiencia-do-poder-popular/>>. Acesso em>  
21 nov. 2016.

<sup>15</sup> Idem.

## BIBLIOGRAFIA

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. São Paulo: Annablume, 2002.

AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (Org.). **Pensar o século XX**: problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: UNESP, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel**: a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para el caos**: la caída de Salvador Allende: 1970-1973. Buenos Aires: Corregidor, 2011.

BITAR, Sergio. **Chile 1970-1973**: asumir la historia para construir el futuro. Santiago de Chile: Editorial Pehuen, 2001.

BITAR, Sergio. **Transição, socialismo e democracia**: Chile com Allende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.198-206.

BOUTIER, Jean (Orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

CORVALÁN, Luiz. **Camino de victoria**. Santiago: Editorial Horizonte, 1971.  
Disponível em: <<http://www.blest.eu/biblio/corvalan/index.html>>. Acesso em: Acesso em: 17 set. 2016.

DAVIS, Nathaniel. **Os dois últimos anos de Salvador Allende**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

GARCÉS, Juan E. **Allende e as armas da política**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

GARRETÓN, Manuel; MOULIAN, Tomás. **La unidad popular y el conflicto político en Chile**. Ediciones Chile América CESOC y LOM Ediciones, Santiago de Chile 1993.

HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: JULIA, Dominique; HOBBSAWN, Eric J.. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Seleção e introdução Michael Löwy**: por um socialismo indo-americano. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MAURÍCIO AMAR et al. (Orgs.). **Salvador Allende**: vida política e parlamentar 1908-1973. Santiago de Chile: Ediciones Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile, 2008.

MIRES, Fernando. **La rebelión permanente**: las revoluciones sociales en América Latina. 2.ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2001.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

BASTA DE DESIGUALDAD SOCIAL! DISCURSO EM EL ESTÁDIO NACIONAL DE SANTIAGO AL ASUMIR COMO PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA. Disponível em: <[http://www.archivochile.com/S\\_Allende\\_UP/doc\\_de\\_sallende/SAde0049.pdf](http://www.archivochile.com/S_Allende_UP/doc_de_sallende/SAde0049.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2016.

CHILE E A EXPERIÊNCIA DO PODER POPULAR. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2013/09/06/chile-e-a-experiencia-do-poder-popular/>. Acesso em 21 nov. 2016.

DISCURSO DE SALVADOR ALLENDE LA NOCHE DEL 4 DE SEPTIEMBRE DE 1970. Disponível em: <[http://www.archivochile.com/S\\_Allende\\_UP/doc\\_de\\_sallende/SAde0051.pdf](http://www.archivochile.com/S_Allende_UP/doc_de_sallende/SAde0051.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2016.

EL SOCIALISMO CHILENO (12/4/1956). Disponível em: <[http://www.archivochile.com/S\\_Allende\\_UP/doc\\_de\\_sallende/SAde0063.pdf](http://www.archivochile.com/S_Allende_UP/doc_de_sallende/SAde0063.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2016.

LA UNIDAD DE LA IZQUIERDA (12/4/1956). Disponível em: <[http://www.archivochile.com/S\\_Allende\\_UP/doc\\_de\\_sallende/SAde0061.pdf](http://www.archivochile.com/S_Allende_UP/doc_de_sallende/SAde0061.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2016.

PROGRAMA BÁSICO DE GOBIERNO DE LA UNIDAD POPULAR: Candidatura Presidencial de Salvador Allende (1969).

SOBRE O NÚMERO DE VÍTIMAS DO REGIME DE PINOCHET. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/08/novo-relatorio-sobe-para-mais-de-40000-as-vitimas-da-ditadura-de-pinochet.html>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ÚLTIMO DISCURSO DE SALVADOR ALLENDE (11/9/1973). Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/09/relembre-como-foi-o-ultimo-discurso-de-salvador-allende>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

UN CAMINO NUEVO PARA CHILE: El Programa Del Gobierno Popular.